



JUN-02

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

Brasília, 08 de junho de 2018.

Plantão: Rosângela Costa, Luizão, Socorro Marzola, Rogério Fidéles, João Paulo Ribeiro, Sadi Herculano Neto

Em atividade em Brasília: Toninho Alves, Márcia Abreu,

INFORME NACIONAL

DESAFIOS PARA A NOVA GESTÃO

Após ser derrotado pela greve dos caminhoneiros, em que foi obrigado a ceder às reivindicações da categoria, o governo golpista de Temer se afunda em mais uma investigação feita pela Polícia Federal. As denúncias são sobre as remessas ilegais feitas no exterior, e pela primeira vez, no Brasil um presidente teve um pedido de quebra de sigilo telefônico feito pela PF. Cada vez mais vai se fechando o cerco em torno deste (des) governo com as investigações de irregularidades, como a reforma do apartamento da sua filha Maristela Temer com contratos dos Portos em franco exercício de prática de corrupção. Já na reta final do mandato, com a popularidade em queda e sem conseguir emplacar seu candidato a sucessão presidencial, Temer mantém a política de desmonte dos serviços públicos e de entrega das estatais; porém, diversas categorias mantem-se mobilizadas resistindo a esses ataques. É o caso dos Petroleiros que deflagraram uma greve de 72 horas e que somada a greve dos caminhoneiros, acelerou a demissão do presidente da Petrobrás Pedro Parente. É nesta conjuntura que a nova direção da FASUBRA se apresenta.

A primeira reunião da DN ocorrerá de **12 a 14 e a plenária 15 e 16 de junho**. Com mobilizações em algumas entidades de base, como a greve dos trabalhadores da UNB, contra o desmonte da universidade e as demissões dos trabalhadores terceirizados e a greve das estaduais paulistas pelo reajuste de 12,5%, que a federação já acompanha. Além disso, na agenda dos SPF definiu jornada de lutas com paralisações, que iniciou no último dia 07, com atos em Brasília e nos estados e seguirá de 18 a 20, em defesa dos serviços públicos e pela revogação da EC95/16, com debates sobre as privatizações, luta pelo atendimento da pauta de Reivindicações dos servidores e atividades no STF sobre o julgamento da data base.

A FASUBRA organiza e participa desta jornada com atividades nos estados, cumprindo deliberação do XXIII Congresso e orienta no dia 20 a paralisação das atividades para acompanhar a votação que ocorrerá no STF. Sobre a indicação de caravana a Brasília neste dia, considerando a realidade financeira das entidades de base frente ao calendário apresentado (CONFASUBRA, Audiência Pública do dia 7 e a Plenária), será objeto de debate na reunião da DN no dia 12.

Neste sentido, a plenária que se realizará servirá para iniciarmos a implementação do nosso plano de lutas e apontar os rumos para o segundo semestre.

A plenária da ocorrerá no hotel Bay Park Hotel.

INDICAÇÃO DE HOSPEDAGEM

Bay Park Hotel

SHTN – Trcho 2, Conjunto 5

Contato: 30373000

Condições negociadas pela Fasubra:

Apartamento single – R\$145,00

Apartamento duplo – R\$165,00

Apartamento Triplo – R\$195,00

Obs.: a FASUBRA negociou liberação de *check in* para as entidades que optarem em hospedar no local da plenária, a partir de 8 horas no dia 15, sem café da manhã.

Pauta:

Conjuntura

Posse da DN e Conselho Fiscal

Programação:

Dia 15 – manhã – Debate sobre a implementação de jornada de trabalho nas universidades

Dia 15 – tarde – início da Plenária (conjuntura)

Dia 16 - Encaminhamentos

RELATÓRIO DA REUNIÃO FONASEFE/FONACATE

Entidades presentes: **ANDES-SN** (Eblin Farage, Cláudia Durans, Amauri Fragoso e Epitácio Macário) - **ASFOC-SN** (Fábio Kruger e Apoena Faria/Assessoria) - **ASSIBGE-SN** (Marlene Rego Moreira e Cleiton Camargo Batista) - **CNTSS** (Elio Araújo de Oliveira) - **CONDSEF** (Rogério Exedito) - **CSP/CONLUTAS** (Eduardo Zanata/Assessoria) - **FASUBRA** (Antonio Alves) - **FENASPS** (Laurizete A. Gusmão) - **FENAJUFE** (Mara Rejane Weber e Adilson Rodrigues) - **SINAIT** (Marco Aurelio Gonsalves) - **SINASEFE** (Aliomar da Silva e Danillo Tavares) - **SINDIRECEITA** (Breno Rocha).

Entidades observadoras: **SINDFAZ/RS** (Eduardo Antunes) - **SINDISERF/RS** (Marcolino Antunes Oliveira) - **SINTSEP/GO** (Ademar Rodrigues de Souza).

Pauta aprovada:

- 1) Informes das Entidades;
- 2) Organização do dia 07 de junho;
- 3) Deliberação sobre caravana à Brasília; e
- 4) Outros encaminhamentos.

Iniciou-se a reunião às 17h15 e os trabalhos da Mesa Diretora ficaram sob responsabilidade de Marlene Rego Moreira (ASSIBGE-SN) e Rogério Exedito (CONDSEF), com a relatoria de Marcelo Vargas (CNESF).

1) Informes das Entidades.

ANDES-SN – O ANDES-SN passou em maio por um processo eleitoral e está no período de transição de diretoria. Por conta da greve dos caminhoneiros a reunião do setor das federais foi desmarcada e não tivemos como deliberar pela caravana do dia 19. Porém, dado o acúmulo do ANDES e as decisões que já temos, se a avaliação das entidades for de manter a caravana no dia 19 de junho vamos convocar a diretoria nacional e as bases para estarem em Brasília.

ASFOC-SN – A ASFOC-SN contribui e apoia financeiramente o deslocamento de caravanas a Brasília, em 19 de junho. Mas não garantimos enviar delegações próprias.

ASSIBGE-SN – A ASSIBGE-SN fez orientação aos seus Núcleos para participarem do Ato de amanhã, 7.6.18 e também orientação de que os Núcleos participem das atividades dos Fóruns locais.

CSP/CONLUTAS – A CSP avalia que caso as entidades tenham condições de realizar a caravana no dia 19 nossa base será convocada. Avaliamos que talvez a construção de uma jornada de mobilização, entre os dias 18, 19 e 20 possa ajudar no processo de mobilização. Uma jornada que inclua uma reunião do jurídico das entidades no dia 18 (reunião pendente que não ocorreu), a caravana no dia 19, ação de dirigentes no dia 20 no STF por conta da votação. Solicitar audiência com relator do projeto do direito de greve para esses dias.

FASUBRA - A FASUBRA realizou de 6 a 11 de maio o CONFASUBRA, na cidade de Poços de Caldas, onde também elegeu a nova direção. No dia 7 de junho realizará atividades nas universidades com paralisação, também estará presente nas atividades unificadas no estado. Participará no mesmo dia, no congresso nacional de uma audiência pública referente a crise nos hospitais universitários (Auditório Nereu Ramos). Ao final se incorporará as atividades do FONASEFE, com as entidades de base do entorno de Brasília. Realizará a primeira reunião da nova gestão nos 12 a 14, já nos dias 15 e 16 ocorrerá a plenária nacional que discutirá os encaminhamentos do congresso, Conjuntura e dará posse a nova gestão. Sobre o dia 19 não foi definida a participação, será discutido na reunião da direção e na plenária. Informes passado por Toninho Alves.

FENAJUFE - Retomada do Julgamento no STF no próximo dia 20/06 da Ação que trata do pedido de indenização em face do descumprimento da revisão anual de salários assegurada no art. 37, X da CF, que alcança os 11 milhões de servidores no país. Recurso Extraordinário nº 565.089/SP, em tramitação no STF, onde postula-se a fixação de indenização aos servidores públicos em face da reiterada omissão no cumprimento da revisão geral anual de remuneração prevista no art. 37, X da CF. O Recurso Extraordinário encontra-se na pauta da sessão do STF do próximo dia 20 de junho de 2018, às 9 horas. **HABILITADOS NO PROCESSO:** Fenajufe, Condsef, CUT, CNTS, Sinasefe, Andes, Sinagências e Sinal estão habilitados no processo como amicus curiae. Quatro anos e meio após interromper julgamento sobre o direito de servidores públicos a indenização por não terem assegurado em seus salários as revisões gerais anuais prevista de forma expressa no art 37, X da CF, o ministro Dias Toffoli devolveu o processo há um mês atrás e liberou o caso para retomada de julgamento pelo plenário do Supremo Tribunal Federal, que foi pautado para o próximo dia 20/06, às 09h da manhã. A questão envolve especificamente o caso de servidores públicos do Estado de São Paulo, mas o Supremo reconheceu repercussão geral sobre o tema e no julgamento será firmada uma tese para ser aplicada pelas demais instâncias da Justiça. **PLACAR 4 X 3 - QUEM JÁ VOTOU** - O caso tem dividido o STF até agora. Votaram pelo direito à indenização os ministros Marco Aurélio (relator), Cármen Lúcia e Luiz Fux. Contra esse entendimento se manifestaram os ministros Roberto Barroso, Teori Zavascki (sucedido por Alexandre de Moraes), Rosa Weber e Gilmar

Mendes. Além de Toffoli, ainda restam os votos de Edson Fachin, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello. No processo, os servidores de SP afirmam que não buscam obter, na Justiça, qualquer espécie de reajuste ou aumento nos vencimentos, mas apenas indenização pelas perdas inflacionárias sofridas nos últimos anos, por conta da omissão do Estado de São Paulo que, desrespeitando o disposto no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, não concedeu a revisão geral anual para os servidores públicos estaduais. A defesa dos servidores sustenta que o STF já reconheceu, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2492, a mora legislativa do governo paulista sobre o tema desde 1999 – ou 12 meses após a edição da Emenda Constitucional (EC) 19/1998, que deu a redação atual ao mencionado inciso –, o que seria bastante para caracterizar a omissão, fazendo surgir daí a obrigação de indenizar. O recurso começou a ser discutido pelo plenário em junho de 2011, quando [Marco Aurélio votou](#) pelo direito dos servidores à indenização. Segundo o magistrado, a revisão não é vantagem, mas um componente essencial do contrato do servidor com a administração pública e uma forma de resguardar os vencimentos dos efeitos da inflação. O ministro ressaltou que a revisão geral anual está assegurada no artigo 37, inciso X, da Constituição. A divergência foi aberta pelo ministro Luís Roberto Barroso, ao defender que, apesar de o Estado ser obrigado a avaliar anualmente a remuneração geral dos servidores, isso não significa necessariamente a concessão de aumento. O ministro votou pelo desprovimento do recurso, e contra o que ele chamou de “uma forma de indexação permanente”. Gilmar Mendes alertou os colegas para o risco de um efeito cascata, sendo que se der provimento ao recurso, o STF estará admitindo que todos os servidores federais, estaduais e municipais cujos salários estiverem defasados farão jus a uma revisão, com impacto retroativo.” Seria uma intervenção das mais radicais, uma revolução”, disse o ministro, “porque o Judiciário estaria mandando essa conta, com valor em aberto, para que seja incorporada talvez já no próximo orçamento”. Luiz Fux, que seguiu o relator, considerou que o STF não pode ter uma postura consequencialista, e, em nome de consequências deletérias, violar a segurança jurídica e as normas constitucionais. “Não é possível que num momento em que se luta pela efetividade da norma constitucional se transforme essa regra em letra morta”, afirmou. Para o ministro Fux, o julgador constitucional não pode se furtar a dar efetividade à Constituição. “Ser consequencialista para negar efetividade à norma constitucional faz com que o STF se coloque na posição do legislador, como esse houvesse um arrependimento tardio”, concluiu, votando pelo provimento ao recurso.

Propostas de encaminhamento: 1. Convocar nova reunião do Coletivo Jurídico do FONASEFE para a próxima terça-feira (12/06), com envio prévio de convocatória para todas as entidades. Local: Fenajufe. Constar na agenda do FONASEFE e dar ampla publicidade. 2. Trabalhar com memoriais unificados, que estão sendo atualizados pela AJN da Fenajufe e deve ficar pronto até a próxima sexta-feira (08/06); 3. Pedir reunião do FONASEFE com a presidente do STF e os quatro ministros que devem votar na retomada do julgamento (Toffoli, Lewandowski, Fachin e Celso de Melo); 4. Convocar Ato no STF no próximo dia 19/06, às 15h, para cobrar e pressionar por decisão favorável na retomada do julgamento no dia seguinte. Avaliar se tem público para fazer vigília até início da noite, com velas acesas escrevendo “Data Base Já”. PLS 228/2018 no Senado – Revisão geral anual – Data-Base, projeto de iniciativa popular apresentado no Senado Federal, proveniente da SUG 1/2018, foi aprovado e passou a ter autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que altera a Lei nº 179, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para tipificar como crime de responsabilidade a omissão no envio ao Poder Legislativo da proposta de revisão geral anual da remuneração e do subsídio dos agentes públicos. Tramitação: projeto aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto deve passar pela CCJ, Assuntos Sociais e depois Plenário. Na semana de 21 a 25/5 o coordenador geral da Fenajufe Adilson Rodrigues, cumprindo plantão da federação, esteve no gabinete do Senador Paim para articular com ele a advocação da relatoria do PLS 228/2018. O Senador deu retorno via telefone apresentando seu interesse pela relatoria do projeto. No dia 5/6, de volta ao plantão, Adilson esteve com o senador Paim pessoalmente (vide vídeo que segue em anexo), para entregar memoriais e outros documentos sobre o tema, com objetivo de subsidiar o senador e sua equipe na elaboração do relatório, tão logo seja garantida sua designação. O Senador Hélio José (Pros/DF), também reivindicava a relatoria do projeto e despachou

hoje(06/06) com o presidente da CCJ, que o designou para relatar o projeto. Ele vai atuar junto com Paim. Encaminhamentos: 1) Pautar o tema para o conjunto das direções e categorias do Fonasefe; 2) Agendar reunião do FONASEFE/FONACATE com o relator para esta quinta-feira(07/06); 3) Elaboração de memorial específico atualizado, com agendamento com cada membro da CCJ e demais Comissões onde o projeto deve tramitar, para cobrar apoio e voto. 4) Articulação conjunta das entidades do FONASEFE/FONACATE para buscar rápida tramitação e aprovação do projeto; 5) Apresentar a pauta para os candidatos nas próximas eleições e cobrar seu posicionamento sobre o tema.

As demais entidades presentes fizeram os respectivos informes sem encaminhar registro, por escrito, para o relatório.

2) Organização do Dia Nacional de Lutas do dia 07.6.18.

As entidades presentes definiram o dia **07.6.18** como **Dia Nacional de Mobilização com atos, assembleias e paralisações em defesa dos Serviços Públicos** (com foco na revogação da EC/95) e pelo atendimento da nossa pauta de reivindicação **nos estados**. Além da pauta da Campanha Salarial dos SPFs, incorporar a seguinte pauta nas mobilizações: **Redução e Congelamento dos preços dos combustíveis e do gás de cozinha; Defesa da Petrobrás 100% estatal com controle dos trabalhadores; Contra a privatização da Eletrobrás e entrega da Embraer.**

3) Deliberação sobre caravana à Brasília.

Ficou definido que faremos uma jornada de lutas nos dias 18,19 e 20 de junho 2018.

4) Outros encaminhamentos e calendário:

✓ Dia 07.06.18:

Dia Nacional de Mobilização com atos, assembleias e paralisações em defesa dos Serviços Públicos nos estados;

Em Brasília:

- **Manhã, às 10h:** Ato no MPOG (bloco K) com as entidades de Brasília/entorno e representações das entidades nacionais, para cobrar do governo resposta a nossa pauta entregue dia 19 de fevereiro e exigir reunião para abertura de negociações com o ministério;
- **Tarde, às 14h:** Lançamento da campanha pela Revogação da EC 95/16 e pela defesa da soberania nacional, com convite às entidades que lutam contra a privatização da Eletrobrás, Petrobrás e Embraer. Local: Bloco C Espaço do Servidor.
- ✓ **12.06.18** - Convocar Reunião dos Coletivos Jurídicos do FONASEFE e FONACATE na sede da FENAJUFE, às 14 horas com envio prévio de Convocatória para todas as entidades para debater o processo de data base previsto para ser votado no STF dia 20 e discussão do Pls do senador Helio José.
- ✓ **18,19 e 20.06.18:** Jornada de luta em defesa dos serviços públicos e pela revogação da EC95/16 com debates sobre as privatizações, luta pelo atendimento da pauta de Reivindicações dos servidores e atividades no STF sobre o julgamento da data base.

- ✓ **26.06.18:** Audiência Pública da CDH – para debater sobre: "A situação da GEAP, CAPESAÚDE e de seus beneficiários", às 14 horas, na sala 04-A, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Senado Federal.
- ✓ **Os encaminhamentos desta reunião serão feitos pela Comissão Organizadora na reunião do dia 13/06/18 às 10 horas na CONDSEF.**

306ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

Na tarde de 06 de junho, a FASUBRA participou da 306ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde sobre o tema "A situação dos Hospitais Universitários na assistência à saúde no Brasil" a mesa foi coordenada por André Luiz de Oliveira – Conselheiro Nacional de Saúde; Os convidados foram: ANDIFES que não compareceu; Kleber de Melo Moraes, presidente da EBSEERH; Mauro Rabelo pela SESU e Maria do Socorro Oliveira Marzola representando a Coordenação de Seguridade da FASUBRA. O presidente da EBSEERH apresentou que dos 50 Hospitais Universitário 40 já aderiram a EBSEERH que apenas os 9 hospitais da UFRJ e o da Unifesp não fizeram adesão que a empresa tem cumprido com sua missão de aumentar o atendimento a população com qualidade e eficiência que há uma única porta de entrada uma vez que os Hospitais geridos pela EBSEERH são 100% SUS e que assim continuarão o objetivo é aprimorem o campo de prática para a formação dos profissionais de saúde formados pelas IFES. Na exposição de Mauro Rabelo representando a SESU a chegada da EBSEERH foi uma solução para os problemas administrativos e de contratação de pessoal e que ainda carece de aprimoramento, mas que objetivamente os benefícios superam os eventuais problemas e conflitos pontuais serão solucionados. A representante da FASUBRA, Maria do Socorro, relatou que a EBSEERH foi apresentada como solução dos problemas de financiamento e de pessoal, mas que efetivamente isso não aconteceu. Nos HU há fechamento de leitos e serviços, emergências foram fechadas a reposição de pessoal não é suficiente e o assédio moral foi intensificado, levando os trabalhadores tanto da Empresa como do RJU ao adoecimento. Que os trabalhadores estudantes da IFES não são assistidos. Os conselheiros solicitaram informações aos representantes da EBSEERH e MEC sobre quais os mecanismos de controle social, prestação de contas e quais providencias estavam sendo tomadas para coibir o avanço do assédio. Como encaminhamento dessa reunião foi votado que o CNS revesse sua posição de não participar do Conselho consultivo da EBSEERH; Organizar um GT que culmine com a realização de um seminário sobre as relações de trabalho nos HU, controle Social e a EBSEERH; Criar uma câmara permanente do CNS com a EBSEERH. Todos os encaminhamentos foram aprovados.

Na manhã do dia 07 de junho, quinta-feira, a Direção da FASUBRA participou de audiência pública na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, presidida pelo deputado Glauber Braga do PSOL, para debater o tema "Crise dos Hospitais Universitários pós lei 12.550/2011". A audiência discutiu o cenário de crise e sucateamento dos Hospitais Universitários após a implementação da EBSEH e teve início com a exposição do representante do MEC, Mauro Rabelo que apresentou dados acerca do quantitativo de cursos de Medicina e HU existentes nas universidades públicas do país, salientando que, dos 35 hospitais universitários, 32 aderiram à EBSEH. Na concepção do representante do MEC, a EBSEH trouxe apenas pontos positivos para auxiliar o MEC na tarefa complexa de gestão dos HU e os conflitos gerados por sua implementação são frutos da recente adesão que ainda merece maturação mas posteriormente "a gestão só melhorará cada dia mais, mas não será no curto prazo". Durante a exposição do representante do TCU, Moisés Rocha Bello, ele citou a auditoria realizada em 2015 para analisar com os objetivos de avaliar os impactos da EBSEH em relação à melhoria dos HU em relação a equipamentos e estrutura e averiguar a substituição dos terceirizados irregulares que trabalham em HU. A constatação é que não houve substituição integral desses trabalhadores e foram detectadas irregularidades na gestão de pessoas, coexistindo trabalhadores celetistas e estatutários no quadro da empresa. Diante disso, haverá monitoramento no segundo semestre de 2018.

O coordenador Geral da FASUBRA, Antônio Alves Neto (Toninho), mencionou o debate ocorrido em 30 de maio, sobre a crise financeira nas universidades públicas, reafirmando que a crise das universidades públicas não é financeira e sim política gerada pelo atual governo e que a precariedade instalada nos HU é política definida pelos governos para as universidades públicas desde a década de 90. O coordenador da FASUBRA contestou as melhorias mencionadas pelo representante do MEC, apontando que elas não coincidem com a realidade dos HU e que nem mesmo a implementação da EBSEH se deu de forma harmônica, visto que plebiscitos não foram respeitados, a sobrecarga de trabalho e denúncias de assédio são episódios constantes, os conflitos internos causados pelas formas diferenciadas de regime de trabalho no mesmo ambiente foram alguns dos fatores negativos apontados. O coordenador da FASUBRA ainda propôs a realização de novas audiências públicas para debater o papel dos HU para o país ressaltando que o problema vivenciado pelos hospitais universitários, não é de ordem administrativa, nem de gerenciamento ou consequência do quadro de funcionários, mas é o processo histórico de sucateamento, arrocho salarial e falta de concurso público. O coordenador citou ainda a greve dos trabalhadores da EBSEH, e que é necessário que estes trabalhadores sejam absorvidos pelo quadro das universidades. A EBSEH *só consolida* a política de desmonte das universidades públicas. Toninho Alves ainda cobrou do MEC o

reconhecimento da FASUBRA na mesa de negociação sobre o ACT com a EBSEH e a reabertura de negociação sobre a pauta apresentada pelos técnicos (as) das universidades públicas. Houve ainda a participação dos trabalhadores da saúde, no debate que reafirmaram a situação de desmonte que vivem os HU.

Também participaram da audiência: Arnaldo Correia de Medeiros, Vice-Presidente da EBSEH; Jacqueline Rodrigues Lima - ANDES; Maria de Fátima Siliansky de Andreazzi - Frente Nacional contra a Privatização da Saúde; Gibran Jordão, CSP-Conlutas; Deputada Raquel Muniz; Deputada Erika Kokay; Rui Leandro da Silva, Ministério da Saúde (não fez uso da palavra).

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

2018	
JUNHO	
11 a 14	Reunião da Direção Nacional – Brasília/DF
13 e 14	Reunião da Coordenação Nacional do Seminário de Segurança
15 e 16	Plenária Nacional – Bay Park Hotel - Brasília/DF
18 a 20	Jornada de lutas dos SPF
28, 29 e 30	IX Seminário dos Condutores Oficiais (Motoristas) do IFES - UFMG
AGOSTO	
05 a 11	Seminário Nacional de Segurança – Brasília/DF